ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS

Câmara Municipal de Florianópolis
DIRETORIA LEGISLATIVA
Nº 10
DATA 04/04/17
ASS.:

REQUERIMENTO Nº 147/2017

Senhor Presidente,

Os vereadores que este subscrevem, com fulcro no Art. 52 e seguintes do Regimento Interno desta Casa, requerem a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), para em prazo de 90 (noventa dias), prorrogáveis por igual período, por decisão de seus membros ou do plenário, apurar o seguinte **fato determinado** e **prazo certo**: o lançamento da Taxa de Coleta de Resíduos Sólidos (TCRS), bem como, suas disposições legais e regulamentações, a partir de 1997 até os dias atuais.

Encaminhe-se à Procuradoria
04/04/2017
Vereador Guilherme Pereira de Pauto
Presidente
Câmara Municipal de Florianopolis

JUSTIFICATIVA

A auditoria realizada pela Diretoria de Tributos Imobiliários e a Procuradoria da Fazenda da Prefeitura Municipal de Florianópolis, no ano de 2016, revelou diferença e disparidades constatadas entre o efetivo lançamento e as prescrições legais da Taxa de Coleta de Resíduos Sólidos (TCRS). Conforme matéria veiculada no Jornal Notícias do Dia "Sindicância investigará rombo milionário na cobrança da taxa de lixo em Florianópolis", em 09 de dezembro de 2016, de autoria do jornalista Fábio Bispo (em anexo), do universo de amostragem de 36 mil imóveis, 23 mil não pagaram os reais valores devidos de TCRS.

Maikon da Costa
Vereador

Afrânio Boppré
Vereador PSOL

Lino Fernando Bragança Peres
Vereador

Marcos José de Abreu
Vereador

Renato Geske
Vereador

Marcelo Fernando de Oliveira
Vereador

Pedro de Assis Silvestre
Vereador

Vanderlei Farias
Vereador

Sindicância investigará rombo milionário na cobrança da taxa de lixo em Florianópolis

Nos últimos 12 anos, pelo menos 23 mil estabelecimentos comerciais pagaram menos que deviam

FÁBIO BISPO, FLORIANÓPOLIS
09/12/2016 08H25 - ATUALIZADO EM 08/12/2016 ÀS 21H24

Auditoria realizada pela Diretoria de Tributos Imobiliários e pela Procuradoria da Fazenda da Prefeitura de Florianópolis revelou diferença entre os valores cobrados da taxa de lixo em cerca de 23 mil imóveis comerciais. O trabalho deve resultar em sindicância, que vai apurar o total dos valores que o município deixou de arrecadar. A cobrança equivocada teria sido descoberta na atual administração e pode ter causado prejuízo milionário aos cofres públicos.

Segundo o levantamento interno, as 23 mil inscrições imobiliárias estariam se beneficiando irregularmente de um desconto sem previsão legal, autorizado desde 2004, por meio de uma comunicação interna do então secretário Olívio Rocha. No entanto, segundo o secretário municipal da Fazenda, André Bazzo, a comunicação tinha como base cálculos sobre uma lei já revogada.

A auditoria revelou, por exemplo, que estabelecimentos com mais de mil metros quadrados pagaram, nos últimos 12 anos, o mesmo valor da taxa de lixo cobrada de locais com 30 metros quadrados. Num dos casos, uma loja de departamentos com área superior a 8.000 metros, e que deveria pagar uma taxa de lixo de R$ 17 mil, pagou, ao longo desses anos, pouco mais de R$ 300.

Após a sindicância, que deverá apontar o montante não pago, o município poderá cobrar os recursos não recebidos somente dos últimos cinco anos. “Isso vai depender ainda se a nova administração vai continuar aplicando o desconto ou se vai fazer a cobrança integral”, afirmou Bazzo.

Os valores corrigidos chegaram a ser lançados na taxa de lixo para 2017, fazendo com que os estabelecimentos até então beneficiados com o desconto reclamassem de “aumento”. Diante da indefinição, o prefeito Cesar Souza Júnior (PSD) decidiu suspender o lançamento da taxa de lixo no carnê do IPTU de 2017, que tem vencimento em março e terá que ser definido após a posse do prefeito Gean Loureiro (PMDB).

Consultada, a equipe de transição de Gean Loureiro informou que analisa a situação e só deverá se manifestar posteriormente.

Defasagem aumenta crise financeira na Comcap

A cobrança da taxa do lixo de Florianópolis deveria servir para cobrir os custos que o município tem com a coleta, transporte e destinação final dos resíduos coletados, que giram em torno de R$ 160 milhões por ano.

A defasagem estaria diretamente ligada à crise que a Comcap atravessa, sendo que os valores lançados e cobrados são muito inferiores ao orçamento anual da empresa de economia mista que é bancada pela prefeitura.

Em 2015, o município repassou R$ 112 milhões para a Comcap, sendo que arrecadou apenas R$ 32 milhões em taxa do lixo. Os demais valores são retirados do caixa comum da prefeitura. A inadimplência beirou 40%, sendo lançados R$ 53,6 milhões desta taxa no carnê do IPTU.

Vai-vem no Legislativo:

-
- 2001: Taxa correspondia ao custo básico anual do serviço público, rateado entre os contribuintes
-
- Dez. 2001: Lei complementar determinou valores fixos. Independentemente da metragem, todos pagariam a mesma taxa. "Com isso, imóveis com áreas muito maiores pagavam igual aos imóveis com áreas pequenas, dando prejuízo ao erário", segundo trecho da auditoria
-
- 2003: Lei voltou a estipular valores conforme natureza e tamanho das unidades comerciais. Os 36 mil imóveis da época reclamaram, o que motivou a administração da época a emitir a comunicação interna determinando que fossem reestabelecidos os valores de 2001
-
- 2004: Das 36 mil inscrições verificadas, o município levantou que 23 mil não pagaram os reais valores devidos desde então
-
- 2016: Após a conclusão da sindicância, o caso poderá ser encaminhado ao MP, que poderá apurar a responsabilidade dos agentes da época por abrir mão da receita devida aos cofres públicos

https://ndonline.com.br/florianopolis/noticias/sindicancia-investigara-rombo-milionario-na-cobranca-da-taxa-de-lixo-em-florianopolis